

Brasil

Prejuízo para parques nacionais

■ Administração pública dá concessões com preços baixos, como aluguel de R\$ 0,07

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA - A cobrança de aluguéis de apenas R\$ 0,07 mensais de quiosques em áreas turísticas e a falta de controle na arrecadação de ingressos dos visitantes são alguns dos exemplos da má-administração dos Parques Nacionais brasileiros. A descoberta dessas irregularidades foi do próprio governo em uma auditoria feita pela Secretaria de Controle Interno (Ciset) do Ministério do Meio-Ambiente.

A omissão do poder público na promoção de infra-estrutura para os visitantes acaba gerando a indiferença da sociedade que, certamente, nem sabe que o Brasil tem 39 Parques Nacionais, 3 deles criados este ano: Viruá (RR), Serra da Mocidade (RR) e Jurubatiba (RJ).

A auditoria feita pela Ciset revela a falta de funcionários dos parques para cuidar de uma área de quase 100 mil quilômetros quadrados, pouco mais de 1% do território nacional. No Parque Nacional do Jaú, no Amazonas, um servidor público é responsável por uma área de 2,2 milhões de hectares. No Parque Nacional de Serra Geral (RS/SC), nenhum funcionário público gerencia de perto os 18 mil hectares de floresta de Araucária.

O Parque Nacional que mais arrecada e que mais recebe visitantes no Brasil, o do Iguaçu (PR) - o das Cataratas - é também um dos que mais tem problemas de acordo com o relatório dos auditores José Maria de Sá Freire Sobrinho e Eduardo de Souza Martins. Lá, os auditores encontraram quiosques, usados para serviços de lanchonete e venda de filmes fotográficos, alugados por apenas R\$ 0,07 mensais.

Outra surpresa foi o recebimento pelo parque de apenas R\$ 20 mil mensais do Hotel das Cataratas. Segundo os técnicos, equivale a soma das diárias de apenas quatro dos mais de 100 apartamentos do hotel. Isto desconsideradas as lojas do hotel que são alugadas para terceiros. A empresa que explora uma trilha ecológica no parque, a "Macuco Safari Ecológico", segundo a auditoria, fatura cerca de R\$ 1 milhão por ano, mas paga R\$ 3 mil para o Ibama pela exploração da trilha.

No Rio, os auditores também fizeram uma ampla investigação sobre o Parque Nacional da Tijuca e o do Itatiaia. No parque da Tijuca, o problema dos alugueis baratos foi verificado também no restaurante Floresta e no restaurante Esquilos que pagam, segundo a auditoria, valores nunca

superiores a R\$ 220 mensais para o Ibama.

Ainda no Parque da Tijuca, os técnicos se detiveram ao problema da falta de controle na arrecadação dos bilhetes do trem que leva os turistas do bairro do Cosme Velho ao Cristo Redentor. Os auditores verificaram que a empresa controladora do transporte, a Estrada de Ferro Corcovado (Esferco) ganhou a concessão sem a necessidade de uma licitação pública em 1996.

Pela concessão, deve destinar apenas 25% de sua arrecadação para o Ibama e para a Delegacia de Patrimônio da União, mas não há fiscalização dos valores arrecadados. Um dos casos mais controversos do Parque da Tijuca é o do Hotel das Paineiras, um edifício praticamente abandonado por 16 anos por causa de divergências em relação ao domínio do imóvel. O Hotel das Cataratas em Iguaçu, são da Secretaria de Patrimônio da União e não do Ibama. Como o Hotel das Paineiras foi terceirizado há muitos anos e as tentativas de reaver o imóvel na Justiça ainda não obtiveram sucesso, é provável que quando elas se materializarem, o hotel não tenha mais nenhum valor.

No pequeno Parque Nacional do Ubajara (CE), o problema verificado pelos auditores foi a disparidade nos valores arrecadados com ingressos para visitantes. Segundo os técnicos, 52.107 pessoas visitaram o parque em 1996. Como os ingressos custam R\$ 4 para adultos e R\$ 2 para crianças, a arrecadação deveria se situar em mais de R\$ 104 mil naquele ano. O resultado apurado, porém, foi inferior a R\$ 2 mil.

Na Serra da Capivara, um sítio arqueológico importante, existem pessoas morando no parque e que sobrevivem caçando animais silvestres. A consequência disto é que são caçados tatus e tamanduás que comem cupins. O aumento dos cupins acaba causando danos às inscrições rupestres do parque.

Diante de tudo isto, os auditores escrevem que há "insuficiência de condições financeiras, humanas e instrumentais à plena realização de tarefa de tamanha magnitude". Mas classificam o Ibama de "lento e vagaroso" na busca de novas soluções para os problemas. No caso do Parque do Jaú, que tem apenas um funcionário, os auditores lembram do potencial de biodiversidade da região, bem como do grande volume de madeiras nobres.



Lanchonete, excluída do projeto de revitalização do Parque de Brasília, só funciona em razão de liminar

Conheça os parques nacionais brasileiros

Parques Nacionais	servidores	área (hectares)	observação
Itatiaia (RJ)	31	30 mil	primeiro criado no país, floresta atlântica
Iguaçu (PR)	18	185.262	patrimônio mundial da Unesco, floresta atlântica, mata araucária
Serra dos Órgãos (RJ)	24	11.800	próximo a grandes centros, floresta atlântica
Ubajara (CE)	8	563	caatinga e cerrado
Aparados da Serra (RS/SC)	3	10.250	floresta atlântica, mata araucária
Araguaia (TO)	7	562.320	utilizado como pasto para fazendas, cerrado, floresta amazônica
Das Emas (GO)	3	131.868	cerrado
Chapada dos Veadeiros (GO)	5	60 mil	cerrado
Caparaó (ES/MG)	23	26 mil	floresta atlântica
Sete Cidades (PI)	12	7.400	grande importância arqueológica, caatinga
São Joaquim (SC)	2	49.300	floresta atlântica, mata araucária
Tijuca (RJ)	33	3.200	cercado por 46 favelas, floresta atlântica
Brasília (DF)	71	30 mil	cerrado
Monte Paschoal (BA)	7	22.500	mata atlântica
Serra da Bocaina (RJ/SP)	15	100 mil	floresta atlântica
Serra da Canastra (MG)	24	71.525	cerrado
Amazônia (PA/AM)	3	994 mil	floresta amazônica
Serra da Capivara (PI)	2	100 mil	importância arqueológica, caatinga
Pico da Neblina (AM)	1	2.200.000	floresta amazônica
Pacaás Novos (RO)	7	764.801	floresta amazônica
Cabo Orange (AP)	3	619 mil	formações pioneiras marinhas e costeiras
Jaú (AM/PA)	1	2.272.000	potencial de biodiversidade, floresta amazônica
Lençóis Maranhenses (MA)	1	155.000	formações pioneiras marinhas e costeiras
Pantanal Matogrossense (MT)	4	135.000	pantanal
Marinho de Abrolhos (BA)	4	912.235	formações marinhas e costeiras
Da Serra do Cipó (MG)	10	33.800	cerrado
Chapada Diamantina (BA)	4	152.000	caatinga
Lagoa do Peixe (RS)	3	34.400	formações marinhas e costeiras
Marinho Fernando de Noronha (PE)	22	11.270	formações marinhas e costeiras
Chapada dos Guimarães (MT)	4	33 mil	invasões recentes para fazendas, cerrado
Grande Sertão Veredas (MG)	2	84 mil	cerrado
Superagui (PR)	2	21.700	floresta atlântica
Serra do Divisor (AC)	1	605 mil	floresta amazônica
Monte Roraima (RR)	1	116 mil	floresta amazônica
Serra Geral (RS/SC)	0	18 mil	floresta araucária
Viruá (RR)	-	227.011	-
Serra da Mocidade (RR)	-	350.960	-
Jurubatiba (RJ)	-	14.860	-
Ilha grande (PR)	1	78.875	várzeas e planícies de inundação

Fonte: Ibama e Ciset/MMA

Ibama planeja revitalização

BRASÍLIA - O Ibama pretende inverter o jogo no caso dos Parques Nacionais, lançando editais de licitação para projetos de revitalização em dez parques selecionados. Estes projetos seriam capitaneados por consórcios privados que teriam o direito de explorar vários serviços nos parques em troca de investimentos imediatos e percentuais de participação nas receitas. O Parque Nacional do Iguaçu, por exemplo, deve aumentar a sua capacidade para receber visitantes em até 50%.

No caso do Iguaçu, apesar de 23 empresas terem comprado o edital de licitação, apenas um consórcio, o Satis, deverá ir até o final na licitação. Os demais acharam muito pequeno o tempo da concessão: 15 anos.

O chefe do Departamento de Unidades de Conservação do Ibama, Gilberto Sales, conta que no Parque do Iguaçu a idéia é não permitir a entrada de carros. O consórcio privado deverá oferecer um transporte movido a energia elétrica que levará os visitantes para dentro do parque. Sales explica que o Ibama ainda está tentando obter o controle do Hotel das Cataratas com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Por causa disto, o hotel ficará de fora do projeto geral de revitalização. O técnico informa, porém, que, há alguns meses, a SPU concordou em repassar o Hotel das Paineiras (Parque da Tijuca) para o Ibama, o que pode ser um sinal de uma solução.

Liminar - Segundo o técnico, no caso do Iguaçu, o Ibama já conseguiu as liminares necessárias para reaver o arrendamento de serviços existentes hoje. Ou seja, os alugueis devem ser elevados. Em outros casos, como no Parque Nacional de Brasília, uma inquilina ganhou liminar contra o Ibama para a exploração permanente de uma lanchonete em um dos pontos mais centrais do parque. "O projeto terá que excluir apenas esta lanchonete", diz. Nos projetos de revitalização, o Ibama estudou experiências internacionais e resolveu incentivar a construção de hotéis nas áreas que ficam no entorno dos parques e não dentro deles. Para diminuir o impacto visual e preservar os parques da instalação de redes de esgotos e outros tipos de infra-estrutura necessários ao estabelecimento de hotéis, o Ibama decidiu, portanto, preservar o interior dos parques. Os Parques Nacionais que deverão passar pelo projeto de revitalização são Tijuca (RJ), Iguaçu (RJ), Brasília (DF), Abrolhos (BA), Sete Cidades (PI), Caparaó (ES/MG), Itatiaia (RJ), Aparados da Serra (SC/RS), Fernando de Noronha (PE) e Serra dos Órgãos (RJ). (S.M.)